



COMPRAS PÚBLICAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA A SAÚDE

A legislação permite a compra direta de produtos da agricultura familiar, por um processo de chamamento público, para atendimento das demandas da assistência social, saúde e demais órgãos. Para tanto, é necessário seguir o seguinte passo a passo: mapeamento da vocação agrícola local; identificação dos produtos que podem ser adquiridos; pesquisa de preço para definir os valores a serem pagos, elaboração do edital e publicidade do ato convocatório.





Os recursos financeiros que poderão ser utilizados podem ser oriundos da União, Estados ou próprios. Essa é uma grande ferramenta para reestabelecer a economia local e dar mais dignidade ao pequeno produtor. Dentre as autorizações legais, podemos destacar: Decreto Federal nº 7.775, de 4 de junho de 2012; Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, do Grupo Gestor de Aquisição de Alimentos – GGPA e a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 01, de 14 de março de 2016.



Atenção

A idade avançada dos agricultores familiares os colocam no grupo de risco de contaminação do coronavírus. Portanto, é essencial que haja todo o cuidado nas visitas a essas localidades, além de ter um planejamento de logística de coleta e de entrega dos produtos.



Aproveite

O ministério da Saúde autorizou o uso de máscaras de tecido para pessoas do grupo de risco como prevenção, que tal se realizar um levantamento de oficinas de costura do seu município que estejam regular e incentivar que produzam máscaras para serem distribuídas a sua comunidade. Lembre-se de alertá-las da importância de que em uso essas máscaras precisarão ser lavadas constantemente com produtos como água sanitária.